



INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**BOLSA FAMÍLIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL: O CASO
DA CIDADE DE ARATUBA-CE**

VICTÓRIA HELLEN DE OLIVEIRA PAULINO

REDENÇÃO - CE

2023

VICTÓRIA HELLEN DE OLIVEIRA PAULINO

**BOLSA FAMÍLIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL: O CASO
DA CIDADE DE ARATUBA-CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para aprovação no curso de Administração Pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Orientador: Prof^ª. Pedro Rosas Magrini

REDENÇÃO – CE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Paulino, Victoria Hellen de Oliveira.

P328b

Bolsa família como uma política pública intersetorial: O caso da cidade de Aratuba-CE / Victoria Hellen de Oliveira Paulino. - Redenção, 2023.

40f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Rosalina Semedo de Andrade Tavares.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Intersectorialidade. 3. Aratuba. I. Título

CE/UF/Dsibiuni

CDD 353.50981



VICTÓRIA HELLEN DE OLIVEIRA PAULINO

**BOLSA FAMÍLIA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA INTERSETORIAL: O
CASO DA CIDADE DE ARATUBA-CE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Bacharela em Administração Pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB.

Aprovada em: 04/ 12/ 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini (orientador)

Prof. Dr.^a Rosalina Semedo de Andrade Tavares (coorientadora)

Prof. Dr. Luis Miguel Dias Caetano

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus, expresso minha gratidão, por ter me permitido chegar até aqui e por seu sustento, durante esses anos de graduação. Sem Ele, nada poderia ter feito.

À minha família, em especial meus pais, Francisco Paulino Neto e Luiza de Oliveira Paulino, que não mediram esforços para me apoiar nas minhas decisões e torceram pelo meu sucesso.

Agradeço à minha orientadora, Rosalina Semedo de Andrade Tavares, por toda atenção, ajuda e disponibilidade em me orientar, no que foi necessário, durante esse semestre.

À Unilab e as experiências de aprendizagem que adquiri dentro da instituição e que vão contribuir para minha carreira profissional. A universidade me permitiu vivências novas, amizades e trocas de conhecimento que levarei para vida.

De forma geral, sou grata por todos os envolvidos, de forma direta ou indiretamente. Todos fizeram parte dessa fase da minha vida.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo principal analisar a relevância do Programa Bolsa Família em um dos municípios da zona rural do Ceará. Buscou-se analisar os dados referentes ao acompanhamento dos beneficiários, bem como as condicionalidades referentes ao programa. Para isso, foi realizada uma pesquisa com abordagem de método qualitativo, juntamente com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do município de Aratuba – CE. A coleta de dados foi obtida através da entrevista, direcionado a secretária de Assistência Social, onde a mesma abordou aspectos como iniciou essa política pública, suas áreas de atuação no município, quantidade de beneficiários e de que forma vem contribuindo para melhorias na saúde, educação e assistência social das famílias beneficiárias. Além desses, a pesquisa foi baseada em fontes secundárias, como artigos, gráficos, dissertações e cartilhas, referentes ao Programa, ao longo dos anos, até seu período atual. Os resultados indicam que a atuação do programa se mostrara positiva. O estudo permitiu esmiuçar acerca dessa temática, podendo ser necessário para outras buscas que permitam analisar a atuação desse programa em outras regiões e âmbitos, além do municipal, tendo em vista sua abrangência e importância, além de compreender como funcionam as políticas públicas de cunho social.

Palavras-chave: Aratuba. Intersetorialidade. Política Pública. Programa Bolsa Família.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the relevance of the Bolsa Família Program within a municipality in the rural area of Ceará, during the months of June, July and November, 2023. We sought to analyze the data relating to the monitoring of beneficiaries, as well as such as the conditionalities relating to the program. For this, a qualitative method approach was carried out, together with the Social Assistance Reference Center (CRAS), in the municipality of Aratuba – CE. Data collection was obtained through an interview, directed to the Secretary of Social Assistance, where she addressed aspects of how she initiated this public policy, her areas of activity in the municipality, number of beneficiaries and how she has contributed to improvements in health, education and social assistance for beneficiary families. In addition to these, the research was based on secondary sources, such as articles, graphics, dissertations and booklets, referring to the Program, over the years, until its current period. To this end, the results carried out during this research could be obtained, albeit partially, since we analyzed the intersectorality of the program, within the municipality and in the way it generates benefits, not limited to income distribution, but in other aspects relating Program to social rights of citizens. The numbers and percentages regarding the program's performance were positive, within what was expected. The study allowed us to scrutinize this topic, and may be necessary for other searches that allow us to analyze the performance of this program in other regions and areas, in addition to the municipal one, taking into account its scope and importance, in addition to understanding how public policies of a social nature work.

Keywords: Aratuba. Intersectorality. Public policy. Bolsa Família.;

LISTA DE TABELA

TABELA 01: Acompanhamento da educação	31
TABELA 02: Cumprimento da educação	32
TABELA 03: Acompanhamento da saúde	33
TABELA 04: Cumprimento da saúde	34

SUMÁRIO

1 INTODUÇÃO	08
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Conceituando políticas públicas	12
2.2 Criação das políticas sociais no Brasil	15
2.3 Políticas Públicas e a função redistributiva	18
2.4 O papel da intersetorialidade	20
3 METODOLOGIA	24
3.1 Caracterização da cidade de Aratuba	26
3.2 Histórico do Programa Bolsa Família	28
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	30
4.1 Programa Bolsa Família e o acesso à educação	30
4.2 Programa Bolsa Família e o acesso à saúde	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, políticas de transferência de renda, foram um marco para a economia brasileira, no período de transição do modelo econômico agroexportador para o urbano-industrial, por volta de 1930. O modelo industrial e a necessidade de atender às demandas da classe operária, além de acolher as camadas mais baixas da população, fizeram com que a criação dessas políticas, bem como a garantia de direitos do cidadão, se tornasse algo fundamental, mesmo nos tempos atuais, com a constante modernização.

Com o avanço da tecnologia e de oportunidades trabalhistas, uma grande parte da população mundial ainda sofre com os efeitos econômicos. O último estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em outubro de 2023, mostrou que apesar da queda acentuada da pobreza, as desigualdades se mantêm. Foram analisados grupos populacionais que apresentavam privações de qualidade de vida, em seis dimensões: moradia, acesso aos serviços de utilidade pública, alimentação e saúde, educação, acessos financeiros, relacionados ao padrão de vida, transporte e lazer. O levantamento buscou fazer um comparativo entre região urbana e rural, onde, apesar da melhoria significativa de ambas as regiões, ainda apresentaram um grau considerável de vulnerabilidade e pobreza, observados, principalmente nas dimensões aos acessos financeiros e educação.

A necessidade da qualidade e eficiência, na provisão desses serviços, gerou, no Brasil, uma tecnologia de políticas públicas que buscasse alcançar a maioria da população e, em particular, os mais vulneráveis, embora precise de melhorias, para eliminar as inúmeras dimensões de pobreza.

Durante o período pandêmico enfrentado pelo Brasil, que teve seu início em março de 2020, as medidas de segurança estabelecidas para evitar a disseminação da doença, bem como a paralização parcial ou total da geração de emprego e renda, afetou negativamente a situação econômica de milhares de brasileiros autônomos ou formais. Nesse processo, políticas públicas de emprego e transferência de renda foram importantes esses trabalhadores e, principalmente, para aqueles que já eram afetados pela desigualdade econômica, onde a crise apenas revelou as fragilidades da economia brasileira. Como uma política de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, substituído pelo Auxílio Brasil, foi um facilitador diante

dessa problemática, envolvendo questões sociais, bem como a inserção de outras políticas, como o Auxílio Emergencial, implementado durante o período crítico da pandemia.

O Programa Bolsa Família, apesar de ser uma política pública relativamente antiga, como explicaremos mais adiante, era bem consolidada no cenário brasileiro. Segundo o Ministério da Cidadania, o Bolsa Família era um programa da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), que contribuía para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, embora inicialmente a sua função atribuída estivesse estritamente ligada à distribuição de renda, o programa contava com mais dois eixos: acesso a direitos básicos; e a integração com diversas outras iniciativas, buscando estimular o desenvolvimento dos beneficiários.

Mesmo existindo uma enorme disputa política pelo reconhecimento oriundo dos resultados alcançados pelo programa, uma das características que permitiram essa enorme relevância foi o frequente desenvolvimento, visto que em 2003 quando foi criado, sua motivação estava relacionada a unificação de diversas iniciativas de complemento de renda, com o objetivo de facilitar a gestão e diminuir gastos, posteriormente, o programa, a partir de mudanças legislativas e ideológicas foi se tornando uma política pública intersetorial, integrada e descentralizada.

Tendo em vista a sua importância que vigorou durante 18 anos, essa política foi substituída pelo Auxílio Brasil, por meio da medida provisória n^o 1.061, através do governo anterior, de Jair Messias Bolsonaro (sem partido), sendo mantida a funcionalidade distributiva necessária para a manutenção de cerca de 21,6 milhões de famílias beneficiárias de programas sociais, segundo o IBGE, até o final do ano de 2022. Isso implica no investimento que ultrapassou os 13 bilhões, com benefício médio de 607,14 para cada família. A região Nordeste reúne o maior número de contemplados, com cerca de 9,90 milhões, até o último ano de governo Bolsonaro (2022). É de se ressaltar que a substituição da Bolsa família pelo auxílio Brasil se deu de forma a se desconfigurar essa política pública tão importante para a população brasileira que vivenciou um aprofundamento da vulnerabilidade durante a pandemia de Covid 19.

O Auxílio Brasil (atual Bolsa Família) foi criado durante o primeiro governo do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2003, com o objetivo de unificar os programas de transferência de renda do país, como bolsa escola, bolsa alimentação, auxílio gás e o

Programa Nacional de acesso à alimentação. O programa se deu início através da medida provisória nº 132, sendo modificada pela lei nº 10.386/2004 e teve sua duração até o novo auxílio vigorar, no ano de 2021, medida tomada pelo ex-presidente Bolsonaro. Apesar da mudança de nome, o Auxílio Brasil continuou sendo um programa de distribuição de renda, sendo muito necessário, principalmente, durante o período pandêmico enfrentado mundialmente e mantendo sua continuidade atualmente. Refere-se à uma política pública de Estado voltado para famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para serem habilitadas, critérios como renda “per capita” classificada como situação de pobreza ou extrema pobreza, dados atualizados no Cadastro Único nos últimos dois anos (24 meses) e não ter divergências de dados entre o que foi declarado, são exigências necessárias para sua garantia. Atualmente, cada família recebe o valor mínimo de 600,00, possuindo condicionantes para gestantes e crianças, onde o beneficiário poderá receber mais ou menos, do valor estipulado. Esse fato ocorre para famílias onde cada integrante recebe menos de 218,00 por mês. Caso esse valor seja maior, mas não ultrapassando 660,00, por família, elas receberão metade do auxílio.

Entretanto, por não se limitar apenas na distribuição de renda, o programa Bolsa Família possui um papel fundamental no acesso das famílias à educação e à saúde, sendo um compromisso conjunto com o poder público para a garantia e qualidade desses serviços. Diante disso, percebe-se que embora seja uma política nacional e descentralizada, as ações que não estão diretamente ligadas ao repasse financeiro são articuladas majoritariamente pelo ente federativo da esfera municipal.

Diante dos argumentos e informações supracitadas, ainda que de forma sucinta, demonstra como o Programa Bolsa Família se tornou umas das políticas mais abrangentes, alcançando inúmeros resultados e premiações durante o período que vigorou. Alcançou títulos como o primeiro Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social (Award for Outstanding Achievement in Social Security) da Associação Internacional de Seguridade Social, sendo este um importante prêmio dentro do âmbito social, sendo considerado o “Nobel”. Deste modo, é totalmente plausível pesquisar mais sobre, onde a base desse estudo poderá contribuir para novas abordagens, percepções, pesquisas posteriores que possam dar continuidade através de debates que envolvam essa temática e outros elementos intrínsecos, bem como a adoção de uma perspectiva de aprofundamento do conhecimento a respeito dessa

política pública que foi de suma importância para o cenário econômico e social do país por vários anos. Ademais, considerando, principalmente, sua intersectorialidade, delimitando-a em uma pequena cidade do maciço de Baturité, mais especificamente Aratuba-Ce, onde será descrita posteriormente, analisando qual cenário atual é exercido por meio dessa política pública, em esfera municipal.

O objetivo do trabalho será analisar a relevância do Programa Bolsa família, como uma política pública intersectorial, através do estudo sobre os benefícios que a mesma desempenha, em âmbitos que vão além da esfera econômica.

O estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda conceitos básicos sobre políticas públicas, de forma geral, seguido de direitos fundamentais inerentes ao ser humano. O segundo capítulo versa a respeito das políticas públicas e a sua função redistributiva. O terceiro discorre sobre o papel da intersectorialidade. Em seguida, o quarto capítulo refere-se a criação das políticas sociais no Brasil e por fim, o último apresenta o histórico do Programa Bolsa Família, até os dias atuais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

A sociedade, ao mostrar descontentamento, com questões recorrentes e tornando-se pauta de debate para a agenda pública, gera a responsabilidade para os entes governamentais - federal, estadual ou municipal – de estabelecer medidas que solucionem essas problemáticas. Essa decisão, que parte do governo, de solucionar ou não, tomar posicionamento referente à insatisfação dos indivíduos, em sociedade, é denominada política pública. Tomas Day, em sua definição (apud Howlett, 2013, pág. 06) define política pública como tudo aquilo que o governo decide fazer ou não fazer. Dessa forma, são respostas do Estado às demandas, sendo expressadas como um compromisso público, de atuação, em um determinado prazo. Quando vistas por parte do governo, gera-se um problema público, onde uma grande porcentagem populacional é afetada, de alguma forma e partindo disso, alguma decisão pode ser tomada. Atrelado à esse pensamento, Leonardo Secchi, entende política pública como uma linha que visa um objetivo final, feito sob um direcionamento, para a determinação de soluções de interesse público, realizadas de forma ativa ou passiva.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante. (SECCHI, 2013, pág. 01)

Outro conceito bastante conhecido é o de Peters (1986), para ele, política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Assim, as atividades, entre elas as de cunho social, estão diretamente relacionadas ao campo das políticas públicas e seus efeitos positivos para a sociedade, dependem, diretamente, da ação do governo.

Entretanto, para que uma política pública funcione adequadamente e solucione as demandas necessárias, as fases que vão desde o seu início e finalidade, precisam ser estabelecidas e seguidas. Isso se dá através de um ciclo de vida, que envolve suas fases principais: 1) identificar do problema; 2) formação da agenda; 3) formulação de alternativas; 4) tomada de decisão; 5) implementação; 6) avaliação; 7) extinção. (SECCHI, 2012).

Para a realização deste estudo, pretende-se analisar a implementação da política pública a nível nacional, com uma análise municipal e específica. A sua significância é necessária para compreender, por meio de instrumentos analíticos, implicações existentes, que podem surgir, durante o processo de criação e implementação de uma política pública, para obtenção de resultados positivos. Os problemas públicos, para fazerem parte da agenda pública, precisam estar relacionados à falta de garantia de direitos fundamentais, inerentes ao cidadão. Dos direitos fundamentais, a Constituição Federal de 1988, “Artº 6 São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Os direitos fundamentais da pessoa humana, devem ser concebidos não apenas por sua perspectiva individual, mas coletiva, por meio da garantia direitos sociais. A consolidação desses direitos só é possível através da inserção na coletividade. Outro ponto que podemos observar sobre os direitos sociais, refere-se ao fato do Estado precisar demandar uma atitude ativa, para que todos possam usufruir desses direitos, o que implica em gastos, como é o caso das políticas públicas, principalmente, aquelas de distribuição de renda. A intervenção econômica estatal é, provavelmente, o papel mais importante dentro da economia política, mesmo levando em consideração as mudanças que vêm cursando desde a Segunda Guerra Mundial. Apesar de sua importância para muitos setores, ainda existem debates acerca do grau de intervenção que deve estar delimitado e o âmbito específico.

Com a promulgação da Constituição Federal (1988), o Estado tornou-se importante e essencial para o desenvolvimento do país. Atribuída às necessidades da dignidade humana, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu prefácio do Art.1 diz que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, sendo essa uma propriedade unificadora entre as pessoas e não de forma contrária. As buscas constantes por igualdade de direitos têm se tornado cada vez mais recorrentes, gerando, conseqüentemente, um maior debate que promova seguridade.

Entretanto, essa busca não se deu por acaso, pois as exigências relacionadas a esse conceito e suas pluralidades decorrem desde quando foi sentido essa necessidade de garantia, não apenas de deveres, mas direitos. O pensamento kantiano reforça a filosofia desses direitos através do conceito de dignidade, onde os indivíduos podem usufruir dessa autonomia.

Kant (1980) diz que dignidade é a característica do que não tem preço, do que não pode ser trocado por algo equivalente. Ele também especifica que dignidade é a característica

de um valor incondicional e incomparável, onde o seu princípio é a autonomia, sendo a capacidade do ser humano avaliar a si mesmo, mediante suas próprias atitudes. (1980, p. 74-78).

Em suma, algumas conceituações sobre o apelo à dignidade humana possuem críticas inerentes, que diferem opiniões com relação ao seu nível de alcance social, meios para sua utilização adequada, dentre outras. Ao analisarmos a forma como a dignidade vem sendo mostrada na atualidade, podemos ver um sentido vago em sua delimitação, pois quase sempre podemos ver ações diferentes em vertentes opostas, o que gera uma infinidade de lacunas sem uma finalidade. Ou seja, se por um lado defende-se o direito a dignidade, por outros o pensamento pode se tornar diferente, dependendo do contexto no qual está inserido ou a razão defendida.

Em visão diferente de Kant, Macklin (2003, p. 1419-1420) expõe sua crítica com a conceituação de dignidade como algo “inútil” para a bioética e podendo ser substituída pelo conceito de autonomia pessoal, sendo algo mais preciso e necessário. Em seu pensamento, a defesa da dignidade é uma “repetição vaga de noções já existentes”. Pois segundo sua visão, o termo apenas segue para evitar práticas e apenas permanece por influência religiosa. Não possuindo uma delimitação do que precisa ser obedecido ou respeitado, faz com que a dignidade humana, nesse caso, não seja tão validada.

No que diz respeito ao estabelecimento de direitos e deveres do ser humano, caberá sempre duas vertentes em discussão, sendo aquela que defende e busca assegurar que sejam estabelecidos de forma eficiente e igualitária. Por outro lado, às críticas intrínsecas que implicam em questionamentos acerca do que precisa ser feito, o público-alvo e até que ponto se torna essencialmente necessário. A linha de concordância de pesquisadores nessa questão é acreditar na possibilidade de ter dignidade sem autonomia, desde que possua um valor intrínseco.

2.2 CRIAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

No que concerne às políticas de assistência social, sua utilização, atrelada à Constituição de 1988, não foram suficientes para a resolução de demandas referentes ao âmbito assistencial, ao longo dos anos. Por mais de uma década, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em Dezembro de 1993, foi uma espécie de “carta de intenções”, não sendo caracterizada como instrumento realizador para a prestação de serviços. “Em suma, é um plano prévio, fundado nas considerações econômicas e sociais para a elaboração da proposta orçamentária do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público.” (Torres, 2011)

Para o LOAS, a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, por meio de iniciativas públicas e da sociedade, para a resolução de questões sociais. Nesse sentido, seu avanço institucional, ao campo das políticas sociais, é considerado pouco. Somente na IV Conferência Nacional de Assistência Social, em dezembro de 2003, ocorreu a definição de diretrizes referentes à organização setorial. Dessa forma, a intersetorialidade torna-se objeto de debate para o campo da assistência social. Logo após a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2004, houve a reconstrução da política de assistência social voltada para a intersetorialidade, em seus diversos programas. No mesmo ano, o MDS tornou conhecido publicamente, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tendo como destaque a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que possui objetivo de garantir proteção social e autonomia, além do acesso aos serviços e benefícios, a sustentabilidade e do protagonismo dos cidadãos.

Para garantia de criação desses sistemas, as políticas sociais passaram por mudanças constitucionais, marcados por períodos distintos, políticos, do século XX, no Brasil. Para o Professor Evaldo Amaro Vieira, Doutor em Sociologia da Educação, da Faculdade de Educação da USP, a história da política social segue por dois momentos marcantes. Em sua fala, ele afirma que “o primeiro período de controle da política corresponde à ditadura de Getúlio Vargas e ao populismo nacionalista”. O “segundo período de política do controle cobre a época da instalação da ditadura militar em 1964 até à conclusão dos trabalhos da Constituinte de 1988.” Além desses dois momentos, Amaro Vieira cita, ainda, um terceiro período, chamado por ele de “política social sem direitos sociais”, onde o mesmo expõe sua

crítica à prática e a regulamentação dos direitos constitucionais. Para complementar, ressalta que “em nenhum momento histórico da República brasileira (para só ficar nela, pois o restante consiste no Império escravista) os direitos sociais sofrem tão clara e sinceramente ataques da classe dirigente do Estado e dos donos da vida em geral como depois de 1995.”

O desenvolvimento das políticas sociais no Brasil sofreu influência do processo de desenvolvimento urbano industrial, onde o Estado utilizou-se de mecanismos institucionais, para controlar, através das forças populares, aquilo que fugia do seu controle de intervenção.

Diante o processo de desenvolvimento industrial, aliado a expansão urbana das grandes cidades, agravou-se a “questão social” em virtude do desenvolvimento de aglomerados em torno das cidades, atestaram o crescimento do índice de pobreza, de desemprego e da exclusão com privações social, econômica, cultural e política para a classe social que vive do trabalho.

Para outros autores, a questão social foi um fenômeno ocorrido no século XIX, onde a sua delimitação não se restringia em abranger grupos específicos, mas em um número maior de indivíduos, não sendo apenas doentes, órfãos, viúvas, mas aqueles que são livres para trabalhar. Nesse sentido, os “sujeitos sociais” passaram a não serem restritos, apenas, para aqueles que vivem em condições mínimas de sobrevivência, mas para todos os indivíduos.

A partir da compreensão de que o Estado, para solucionar questões relacionadas ao campo das desigualdades sociais, e não sendo resolvidas por meio das forças policiais, as políticas sociais vieram como facilitador para tais questões.

conjunto de programas e ações continuadas no tempo, que afetam simultaneamente várias dimensões das condições básicas de vida da população” (DRAIBE, 1997, p. 14).

Por volta do anos de 1964 a 1988, o país se desenvolveu economicamente, se modernizando e atrelado ao Estado, as políticas sociais foram caracterizadas como assistencialista e clientelista. Seu assistencialismo permitia a atenção para pessoas que se enquadravam em grupos mais necessitados e carentes, em detrimento de uma política que os excluísse da situação que pertenciam. O clientelismo estava relacionado à troca de favores e benefícios entre o cidadão e o político. Dessa forma, as políticas sociais vinham como uma solucionadora das principais questões que impossibilitavam o desenvolvimento humano e econômico.

De acordo com Faria (1998), o desenvolvimento do Estado de Bem Estar Social, anteriormente explicado, fez com que a participação das famílias na provisão de serviços aos indivíduos diminuísse. Nessa perspectiva teórica, o processo de industrialização, caracterizado pela especialização da atividade produtiva, levou a profundas transformações na sociedade, modificando o papel de instituições tradicionais como a família e provocando a marginalização de alguns grupos sociais. Com isso, novas demandas surgem para o Estado, que passa a assumir a função de garantir determinados padrões mínimos de vida por meio das políticas sociais.

Somente após a promulgação da Constituição Federal brasileira, as mudanças, juntamente com a sua permanência, tornaram as políticas sociais como relacionadas à assistência social, na garantia dos direitos de todos.

O histórico das políticas sociais, até os dias atuais, passou por processos e formas diferentes de governo, como de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que assumiu o poder em meio a uma crise de gastos utilizados para as políticas sociais, sem planejamento. Ainda em seu primeiro governo, FHC conseguiu modificar a situação financeira desses gastos, permitindo que as políticas sociais pudessem ser, de fato, utilizadas para priorização do bem comum.

Segundo Jaccoud (2005), a evolução dos gastos por eixo no primeiro governo FHC demonstra que o eixo com maior crescimento foi o do trabalho e emprego, representando 70% do crescimento do gasto no período, seguida pela assistência de combate à pobreza

Posteriormente, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) trabalhou sobre a temática das políticas sociais, sendo o primeiro governo focado no controle inflacionário, alcançando resultados positivos, e estabilizando a economia. A partir dessa restrição, as políticas sociais foram controladas, inicialmente, sendo mantidas apenas medidas administrativas que pudessem englobar os direitos sociais exigidos.

O contexto de ajuste fiscal implantado desde o governo de FHC e mantido no governo Lula, de acordo com Druck e Figueiras (2007) acabou por delimitar as políticas sociais ao sinônimo de política social focalizada; na qual volta-se para as classes mais pobres e miseráveis criando programas de complementação de renda.

Todo processo, desde o início das políticas sociais no Brasil, até sua atuação concreta e os resultados que puderam ser obtidos com o seu desenvolvimento, permitiram que direitos básicos da sociedade pudessem ser garantidos, à medida que surgiam as suas necessidades. Com isso, as políticas públicas utilizadas, entre elas, o Programa Bolsa Família se deu através desse percurso, até sua importância nos dias atuais..

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A FUNÇÃO REDISTRIBUTIVA

Ao levarmos o pensamento adiante, levando em consideração as inúmeras responsabilidades estatais de priorizar o bem comum por meio da garantia de direitos fundamentais, gerou-se uma necessidade de políticas públicas que viessem a solucionar as demandas da sociedade, garantindo uma melhor qualidade de vida. Ao saber o papel que o Estado desempenha através de atendimentos em múltiplos setores, as políticas públicas desempenham um papel conjunto importante de suprir as necessidades coletivas de acordo com o interesse da sociedade.

Em suma, políticas públicas são ações governamentais voltados para a concretização dos direitos fundamentais, possuindo atividades de planejamento, arrecadação de impostos e a distribuição de renda. Possuem, ainda, diversas particularidades e objetivos, tendo diversos tipos e visões abrangentes segundo diversos autores.

Mead (1995) define como um campo de estudo dentro da política que analisa o governo sob questões públicas. No pensamento de Lynn (1980), se caracteriza como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. É importante ressaltar que a dimensão da cidadania deve ser assegurada para a realização de políticas públicas de aspectos sociais, políticos e econômicos, além da inclusão social. Essa participação da sociedade através de um sistema democrático é prevista pela Constituição Federal de 1988, como uma forma de garantir direitos e defendê-los quando necessário.

O conceito de políticas públicas abrange uma discussão maior de temas e definições. Procurar compreender as medidas tomadas pelos governos para a resolução de determinadas questões vem sendo assunto desde os primórdios, onde já existia a necessidade de práticas viáveis que solucionassem essas demandas exigidas. Em sua definição mais conhecida, Laswell (1936;1958) implica em decisões e análises que questionam às perguntas: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Além desses, outros conceitos enfatizam políticas públicas na solução de problemas. Para a implantação adequada dessas políticas públicas no nosso país, o processo democrático acaba interferindo diretamente nas decisões mediante às necessidades.

Segundo as tipologias de Lowi, as políticas públicas se apresentam das seguintes formas:

- I. Políticas Distributivas: são decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões em detrimento do todo;
- II. Políticas Regulatórias: são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse;
- III. Políticas Redistributiva: atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento;
- IV. Políticas Constitutivas: lidam com procedimentos. (LOWI, 1972, p. 298)

As políticas de cunho social enquadram-se nas chamadas Redistributivas que se caracterizam pela alocação de bens ou serviços para a redução da desigualdade social. Tem como enfoque o benefício dos cidadãos de baixa renda e como exemplos práticos temos a isenção de impostos ou financiamento estudantil de classes mais baixas.

Segundo Azevedo (2003) políticas redistributivas são basicamente a “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos. “Desta forma, programas como bolsa-escola, bolsa família, cesta básica, isenção de taxas de energia ou IPTU são alguns programas presentes dentro dessas políticas. O financiamento destes se dá através do orçamento geral do ente estatal, podendo ser a União, o Estado, federado ou município. Entretanto, do ponto de vista por meio da justiça social, a forma de financiar seria por parte das camadas que possuem maior poder aquisitivo, reduzindo as desigualdades sociais existentes.

As políticas redistributivas estão interligadas em ações do dia a dia, pertencentes ao governo e que são necessárias. Dentre elas temos a poda de árvores, implementação de projetos ambientais, limpeza de córrego e etc. A sociedade, como um todo, financia por meio do orçamento geral do Estado.

2.4 O PAPEL DA INTERSETORIALIDADE

A intersectorialidade está diretamente relacionada ao campo das políticas públicas sobre os processos de ação e gestão, bem como sua junção para o enfrentamento aos problemas sociais. Sua utilização se deu após observar a ineficácia, ineficiência e a praticabilidade das políticas setoriais, que são voltadas exclusivamente para setores específicos e não sendo generalizadoras. Dessa forma, a intersectorialidade deve estar diretamente atrelada as políticas setoriais, observando a eficácia através da junção entre sociedade civil e instituições governamentais.

Koga (2003, p. 223) afirma que há de se constatar o domínio da política econômica sobre a política social, porque o tratamento subalterno dado às políticas no Brasil tem resultado na crescente mercantilização dos serviços tido como básicos à população, quais sejam, os do campo da saúde, da educação ou da habitação, levando a crer num processo de desresponsabilização do Estado.

Segundo Carla Bronzo (2010) intersectorialidade consiste em uma estratégia de gestão que se apresenta em diversos níveis da implementação e que se define pela busca de formas mais articuladas e coordenadas das políticas e setores governamentais, pautada pela necessidade de uma abordagem mais abrangente sobre a pobreza e as condições de sua produção e reprodução social.

Diferentes setores que envolvem diretamente as necessidades da sociedade, como educação, saúde, se estiverem vinculados com ações intersectoriais, pensadas de forma igualitária, podem assegurar garantia de direitos ou saídas para determinados problemas persistentes. Koga e Carla Bronzo apontam a intersectorialidade como uma resposta dada à diversas vertentes sociais e suas fragilidades, bem como a relação de pensamento entre ambos ao pensarem na prática de saberes e experiências voltadas para o bem comum. Ações intersectoriais executam serviços de forma fracionada, apesar da realização das atividades serem feitas dentro de determinado âmbito, pessoa ou grupo nela inserida.

Diferentemente desses, Almeida Filho (2000) ao definir intersectorialidade, compara com terminologias correlatas, constituindo de forma evolutiva as alternativas de interação ou integração sob diferentes campos disciplinares:

1. Multidisciplinaridade: é um sistema que funciona através da justaposição de disciplinas em um único nível, estando ausente uma cooperação sistemática entre os diversos campos disciplinares;

2. Pluridisciplinaridade: justaposição de diferentes disciplinas científicas que, em um processo de tratamento de uma temática unificada, efetivamente desenvolveriam relações entre si; seria, portanto, ainda um sistema mononível (como na multidisciplinaridade), porém os objetivos aqui são comuns, podendo existir algum grau de cooperação entre as disciplinas; de todo modo, por envolver campos disciplinares situados num mesmo nível hierárquico, há uma clara perspectiva de complementaridade, sem, no entanto, ocorrer coordenação de ações nem qualquer pretensão de criar uma axiomática comum;
3. Interdisciplinaridade auxiliar: interação de diferentes disciplinas científicas, sob a dominação de uma delas, que se impõe às outras como campo integrador e coordenador; o sistema, portanto, apresenta dois níveis, postos que as informações expropriadas das disciplinas subordinadas são colocadas a serviço da especialidade tomada como disciplina mestre;
4. Metadisciplinaridade: situa-se no nível epistemológico superior e atua como mediadora da comunicação entre as disciplinas em um campo; assegura a interação e interrelação entre disciplinas; - interdisciplinaridade: para além da disciplinaridade, a noção de interdisciplinaridade implica uma disciplina;
5. Axiomática comum a um grupo de disciplinas científicas conexas, cujas relações são definidas a partir de um nível hierárquico superior, ocupado por uma delas; esta última, geralmente determinada por referência à sua proximidade a uma temática unificada, atua não somente como integradora e mediadora da circulação dos discursos disciplinares, mas principalmente como coordenadora do campo disciplinar;
6. Transdisciplinaridade: indica a integração de disciplinas de um campo particular sobre a base de uma axiomática compartilhada e implica a criação de um campo novo que idealmente seria capaz de desenvolver uma autonomia teórica e metodológica perante as disciplinas que o originaram.

Compreender a importância e as necessidades do Estado e a potencialização de políticas e programas é fundamental para o fortalecimento da gestão pública, além do combate às desigualdades sociais complexas. Dessa forma, se torna possível uma articulação abrangente no que se refere à educação, saúde, mercado de trabalho, dentre outros.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial da intersetorialidade de revitalizar as políticas públicas, mesmo quando se evidenciam alguns problemas na sua implementação, relacionados ao despreparo político e técnico dos gestores e dos profissionais para assumir a perspectiva intersetorial, ao não conseguirem se desvencilhar de questões administrativas que se impõem como entraves à articulação das ações. Entretanto, a partir da superação desses problemas, a intersetorialidade mostra-se como dispositivo potente de se trabalhar, governar e construir políticas públicas. Em uma perspectiva de superação das fragmentações de conhecimentos e estruturas sociais, as políticas públicas produzem efeitos significativos na integração de ações para responderem a determinadas problemáticas (AZEVEDO e COL ;2012)

Desde o planejamento até a execução das políticas, existe um processo que delega a participação de atores públicos e privados (governantes, políticos, trabalhadores) e tendo como primeira fase à decisão do que é prioridade para o poder público, como problemas

existentes, através do cenário real que a população se encontra. Vale ressaltar que nem todas as problemáticas citadas são solucionadas de imediato. É necessário observar fatores como avaliação de custo-benefício, recursos disponíveis e urgências. Partindo disso, são apresentadas as soluções e alternativas já existentes para o estabelecimento de objetivos e resultados a serem alcançados. Seguido da execução desse planejamento, bem como a avaliação das políticas públicas, contribuindo para o sucesso.

Todo esse processo é necessário no âmbito das políticas, que estando interligadas com a intersetorialidade dentro de um processo de gestão, se torna válida no relacionamento entre sociedade civil e Estado. (Duebel, 2003).

Para que se produzam políticas públicas que seja capaz de estabilizar direitos sociais globais as concepções de intersetorialidade e descentralização são conjecturas fundamentais, pois “a descentralização é uma das hipóteses que tem anunciado as determinações de mudanças que sucederam na gestão do setor social nos últimos anos”. (JUNQUEIRA, 1997, p. 33)

Nesse contexto, a descentralização em conjunto com a intersetorialidade entra como importantes ferramentas de reorganização das políticas públicas de cunho social para a realização e condução de estruturação. O grande desafio a ser pensado são as bases políticas dentro dessas estruturas, através da utilização dessas ferramentas intersetoriais. As políticas públicas buscam solucionar as necessidades que a sociedade apresenta e requer, para sua realização, um maior envolvimento dos envolvidos nas questões sociais.

A intersetorialidade parte do compromisso ético profissional de cada ator que a opera. A postura ética dos gestores e o clima ético da organização podem estimular ou reprimir o desenvolvimento de uma política social ativa (ALMEIDA, 2007 p 118).

O que se pode compreender é que a intersetorialidade, como ferramenta de ação, possui uma importância significativa, possuindo percepções distintas que resultam em dificuldades resultantes do ponto de vista pelo qual é observada. Sposati (2006, p. 140) reflete a intersetorialidade sendo um procedimento planejador da construção de novas ideias, novas demandas para cada uma das políticas públicas.

Entretanto, ao pensarmos nas demandas necessárias para a sociedade, as questões que envolvem a intersetorialidade são integralizadas quando levado em consideração a priorização do bem comum.

A burocracia, falta de financiamento são alguns dos problemas enfrentados que impedem essa integralização entre setores, apesar de ser possível uma junção entre esses setores se levarmos em consideração a intersetorialidade, gerando essa junção dentro de uma esfera pública. Dessa forma, essa forma de trabalhar traz benefícios que vão muito além do aprendizado entre os envolvidos, mas como uma resposta ágil para as diversas demandas das políticas públicas.

Pensar no benefício da sociedade através das políticas públicas de geração de renda, traz o pensamento acerca do equilíbrio de autonomia que pode ser gerado, onde as relações de poder aos menos favorecidos relaciona-se diretamente com o conceito de equidade, reconhecendo o direito de cada indivíduo, levando em consideração a imparcialidade e a garantia de direitos iguais para todos. Mageste et. al.,(2008) o empoderamento possui três níveis: o individual, o relacional e o contextual, como uma espiral que vai se ampliando e é interligada e circuncidada por relações de poder. Dessa forma, estão intimamente ligados, interferindo e exercendo pressões mútuas. Assim, se houver modificação de um, todos são afetados, dependendo do nível de modificação. O empoderamento individual está diretamente relacionado à melhoria da condição de vida, autoestima e autoconfiança. Relacional diz respeito a inclusão social, na educação e melhoria nas relações sociais e por fim, o contextual se relaciona com a defesa e conquista de direitos, junção de grupos de apoio e ações sociais.

3. METODOLOGIA

Inicialmente, é pertinente ressaltar a importância de uma metodologia bem elaborada para o desenvolvimento de uma pesquisa, visando garantir a relevância de um trabalho, considerando que suas técnicas são essenciais para atribuir a pesquisa a ser realizada um caráter científico, portanto, é necessário estabelecer inicialmente os métodos utilizados para sua realização, o método científico de acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 83) é o “[...] conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”, pois são eles que tornam a pesquisa confiável e testável se eventualmente for necessário.

Diante disso, a pesquisa desenvolvida abordou, a partir de uma perspectiva quali-quantitativa, basicamente a partir do conteúdo científico teórico já existente sobre a temática selecionada, a realização de uma descrição crítica, haja vista que “[...] a pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente” (GÜNTHER, 2006, p. 5). Seguida de uma abordagem quantitativa para mensurar dados e informações relevantes para agregar valor ao trabalho, a fim de descrever e estabelecer uma relação entre a o Programa Bolsa Família e a cidade indicada. Como afirma Malhotra (2011) a abordagem quantitativa envolve análises estatísticas, a fim de congregando dados e informações já levantadas para fundamentar uma determinada pesquisa.

Quanto ao objetivo da pesquisa a ser elaborada percebe-se que é plausível de ser classificada como descritiva e exploratória pois primeiramente fundamenta-se em conteúdos teóricos já existentes, como define Gil (2010, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. E exploratória, pois a partir da fundamentação teórica é possível realizar uma sondagem sobre a política pública destacada em relação ao ambiente selecionado, essa tipologia, como afirma Gil (2010, p. 27) “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Considerando a finalidade do trabalho, refere-se a básica estratégica, inicialmente pretendeu-se avançar o conhecimento sobre a intersetorialidade do Programa Bolsa Família e

eventualmente contribuir para futuras aplicações práticas relacionadas a essa área, ou incentivando novos estudos semelhantes, relacionados ou divergentes, partindo basicamente de uma pesquisa e análise teórica e em seguida a busca pela corroboração do conhecimento oriundo dessa pesquisa em um campo prático e bem delimitado, nesse caso um município do interior do Ceará relativamente pequeno, mas que possibilita uma análise quantificável e analisável quanto ao papel do bolsa família como política pública intersetorial.

Quanto ao método científico, classifica-se como hipotético-dedutivo, que de acordo com Gil (2011, p. 9) “O método dedutivo parte de princípios reconhecidos como os verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”; nesse caso, a pesquisa parte de questionamentos e hipóteses relacionadas ao papel do bolsa família como política pública intersetorial em um espaço delimitado, posteriormente a conclusão da pesquisa estas serão corroboradas ou refutadas, de forma parcial ou total, mesmo assim, algo seguro de ser afirmado é que independente das conclusões relativas a pesquisa significará um progresso do conhecimento científico no âmbito definido.

Com relação ao procedimento pode ser classificado como pesquisa bibliográfica e documental. A primeira consiste na realização de uma análise e revisão da bibliografia existente, tendo como principal objetivo reunir e analisar textos já publicados e que ganharam relevância na área e na ciência, para fundamentar a pesquisa a ser executada Gil (2002, p. 44) define, “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Seguida também de uma pesquisa documental que segundo Lakatos e Marconi (2001), é a coleta de dados em fontes secundárias realizados como documentos escritos ou não, nesse caso, o uso de legislações, sites oficiais, documentos, dados e etc. Os dados da pesquisa foram obtidos por meio de um questionário, com base nos resultados referente aos meses de Junho, Julho e Novembro, de 2023.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE ARATUBA

Em relação ao ambiente selecionado para a realização da análise proposta, trata-se de uma pequena cidade, localizada no interior do Ceará, do maciço de Baturité, chamada Aratuba. Com uma população de 11. 224 habitantes, de acordo com a última estimativa realizada pelo IBGE, no ano de 2022. Economicamente, se destaca por seu bom crescimento, com ressalva para seu baixo potencial de consumo, como um fator de atenção. É considerada uma cidade de baixa influência para os municípios vizinhos e possui, como seu ponto forte, a logística de transportes, para a condução de mercadorias, com segurança, menor custo e tempo.

Seu PIB retém cerca de 157 milhões de reais, sendo 41,6% desse valor advindo da agricultura, seguido da administração pública (34,2%), serviços (21,1%) e indústria (3,1%). Entre os anos de 2006 e 2020, o crescimento do PIB municipal atingiu o 9º melhor desempenho da região. Com relação à geração de emprego e renda, a cidade conta com 995 empregos, com carteira assinada, sendo a maior ocupação desses trabalhadores, na área de manutenção de edificações, seguido de supervisor administrativo e de professor, em nível médio, da educação infantil. Com exceção da atividade agrícola, as que mais empregam são pertencentes à administração pública, comércio varejista e pequenos comércios.

A cidade de Aratuba está localizada a 960 m de altitude, conferindo o núcleo urbano mais alto do Estado do Ceará, possibilitando um clima ameno e belas paisagens, com uma vegetação verde, propícia para práticas de ecoturismo e esportes de aventura. Seu clima, natureza e cultura fazem com que a cidade esteja inserida em um dos últimos espaços de preservação da Mata Atlântica no Estado do Ceará, por meio da Área de Proteção Ambiental (APA), da serra de Baturité.

A origem de seu nome decorre da língua Tupi, que significa “Ajuntamento de pássaros”, e da junção dos termos *Gûyrá* (pássaro) e *Tyba* (ajuntamento). Possui uma forte cultura da herança indígena, preservada pela aldeia Kanindé, distribuídas em duas aldeias, pertencentes aos distritos de Fernandes e Balança. Para manter a tradição dos povos, em 1996 foi inaugurado o Museu Indígena do Povo Kanindé, que dispõe de diversos artefatos de afirmação étnica, com destaque para a produção de peças de madeira. A comercialização

desses artefatos e outras produções como a cachaça serrana, hortaliças, frutas e doces, além de enraizarem a cultura local, possibilitam a movimentação econômica e o desenvolvimento financeiro de pequenos e médios produtores rurais, artesãos e músicos, que expõe seus trabalhos semanalmente na Feira Municipal de Aratuba, reativada após a pandemia. Outras características como hospitalidade, trilhas, cachoeiras e um patrimônio arquitetônico dos séculos XIX e XX, como o casarão da Família Pereira, construído em 1829, fazem com que a cidade mantenha seus costumes e diferenciais, muito bem estabelecidos.

A cidade de Aratuba possui serviços básicos e essenciais para a população, nas áreas de saúde, educação, esporte e lazer. Dispõe de um hospital (Sociedade Hospitalar Padre Dionísio) para atendimentos rápidos, exceto para casos de urgência. Recentemente, a cidade recebeu um posto do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) para casos mais específicos ou tratamentos especializados. Além desses, a cidade possui um posto de saúde, além de clínicas para exames laboratoriais.

Com relação à educação, Aratuba possui 17 escolas, sendo 3 em sua sede, que abrangem o ensino infantil, fundamental e médio (municipais e estaduais) dispostos em seus vários distritos. Além desses, compondo o núcleo educacional, possui uma Secretaria de Educação e polos de graduação em ensino superior e particular, como Estácio e UNOPAR. Ademais, possui ações de incentivo à cultura e desenvolvimento local, como artes maciais, futebol, artistas locais, culinária, artesanato regional e etc. Em resumo, Aratuba preserva o estilo de vida interiorano e a constante busca por desenvolvimento econômico e social, em seus diversos âmbitos.

3.2 HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Com a criação do Bolsa Família e a associação da transferência financeira para direitos sociais básicos, como saúde, educação, alimentação e assistência social, tornou possível, ao longo dos anos, a melhoria significativa da qualidade de vida para milhões de famílias beneficiárias do programa. A unificação dos benefícios (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) garantiram uma maior agilidade e a diminuição de burocracias referentes ao repasse financeiro, destinados ao seu mantimento, além de permitir um maior controle dos gastos.

O programa é dirigido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), juntamente com estados e municípios. O município, mais especificamente, as prefeituras, são responsáveis pelo cadastramento e utilização dos dados, através do Cadastro Único. Ademais, acompanham a garantia das condicionalidades do benefício, além de promover ações complementares que possibilitem o desenvolvimento autônomo crescente, das famílias mais pobres. Entre essas condicionalidades, estão o acompanhamento de saúde e estado nutricional dos filhos, matrícula e frequência escolar, do ensino fundamental e a participação de ações educacionais, voltadas para alimentação nutricional. Por meio dos dados cadastrados no CadÚnico, o MDS avalia e seleciona as famílias aptas a receberem o auxílio.

Os antecedentes históricos acerca da criação do programa são observados sob a ótica de diversos acontecimentos, até o seu lançamento, em 20 de outubro de 2003. Segundo Ana Fonseca, secretária executiva do programa BF, a criação dessa política só foi possível devido experiências recorrentes, ao longo de anos, em torno de políticas de transferência de renda. Em sua fala, ela cita o programa de Garantia de Renda Mínima, idealizado pelo ex-senador Eduardo Suplicy (PT/SP), em 1991, aprovado pelo Senado. Fonseca diz que o acontecimento deu “origem de tantos programas espalhados pelos estados, municípios e pelo Distrito Federal”.

Para compreensão da implementação de políticas sociais, é preciso voltar ao passado, à década de 1930, onde surgiram as primeiras leis e programas voltados aos trabalhadores e camadas mais pobres da sociedade. Um fator importante para o seu desencadeamento foi a partir do governo de Getúlio Vargas, reforçando à ideia de um Estado que promovesse bem estar social. O fortalecimento dessa temática tornou-se ainda mais necessário com a

efetivação da assistência social, no campo das políticas públicas, vinculado à Assistência Social, pela Constituição de 1988. A partir desse marco, tivemos aprovação em leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Posteriormente, Fernando Henrique Cardoso, no final de seu governo, lançou algumas políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, tais como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Bolsa Escola, e etc.

Após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essas políticas puderam ser unificadas em um único programa, tendo em vista a complexidade de demandar diversas listas de beneficiários e critérios de recebimento, espalhados em vários ministérios. O processo exigiu, além da unificação, o recadastramento e a redefinição de critérios, para o seu recebimento. Mediante esse acontecimento, “nasceu” o Programa Bolsa Família. De início, o Programa Fome Zero gerou repercussão na mídia e em discursos governamentais, voltados para essa temática. Entretanto, a consolidação de excelência se deu através do Governo Lula e a criação do BF, bem como a integração de programas de transferência de renda anteriores, possibilitando o aumento do valor repassado aos beneficiários. Em 2003, o programa beneficiava cerca de 5 milhões de famílias, com renda mínima de até R\$ 45,00. Não sendo limitado apenas à transferência de renda ou exigências como frequência escolar ou proibição de trabalho infantil, passou a ser necessário a vacinação adequada, das crianças. Vale ressaltar que a integração, com outros programas sociais, é a centralidade do programa Bolsa Família. Essa junção permite um maior alcance de soluções, priorizando o bem comum.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO

O acesso à educação, desde a primeira infância, deve ser garantido, assim como a qualidade de vida em termos de saúde, nutrição, e acesso aos direitos básicos de um cidadão. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família, vem como um facilitador na garantia desses direitos, através da utilização de suas condicionalidades, que vão muito além da renda. No âmbito educacional, são trabalhadas três dimensões: “(1) alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda; (2) ruptura do ciclo intergeracional da pobreza, por meio das condicionalidades, que reforça o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação (necessidade de articulação com acompanhamento família); e (3) programas complementares: esforço coordenado dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil para implementação de programas/políticas sociais voltadas para o desenvolvimento das famílias beneficiárias.”

Dessa forma, para que se obtenham os resultados esperados, para educação do público-alvo, é necessário que o “conjunto” funcione adequadamente, em seus termos estabelecidos. Não se limitando, apenas, à renda, mas em práticas que assegurem o acesso à educação básica, através da diminuição ou erradicação da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, bem como o apoio conjunto com o governo, não excluindo à necessidade e a importância das famílias no acompanhamento escolar de seus filhos.

O Programa Bolsa Família age sobre dois pontos relevantes, gerando um “efeito preço”, onde ocorre a redução do preço da educação, por meio da restrição de tempo na escola e um “efeito renda”, que está relacionado ao aumento da renda. Essas condições são necessárias para que haja um controle, por parte dos programas de distribuição, tendo em vista que, para seu funcionamento adequado, as condições de oferta (sistema escolar e qualidade das escolas) precisam estar funcionando adequadamente. Caso contrário, uma maior demanda não resultará em resultados positivos, podendo gerar efeito contrário. Esse fator, é caracterizado como alguns dos desafios encontrados pelo programa, na articulação entre serviços e ofertas e em sua demanda. Outro fator intrínseco diz respeito a diferença existente entre as famílias beneficiárias, por meio da análise estrutural dos riscos do arranjo familiar, como é o caso de Programas que acompanham Famílias Monoparentais. Um terceiro fator desafiador está na superação das condições de pobreza no longo prazo, por meio da

separação entre a chamada “pobreza crônica” e “pobreza transitória”. Para tanto, a solução se daria através da perspectiva educacional intergeracional, que facilita e garante que diferentes gerações aprendam, desenvolvam habilidades e competências, transformando as relações entre si.

Considerando a relevância dada ao programa, a seguir são apresentados os resultados feitos a partir da aplicação de um questionário, junto à Secretária de Assistência Social Francisca Clenilda Barbosa Lima, pertencente ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Aratuba. O questionário foi composto por quatro perguntas básicas, relacionadas diretamente aos beneficiários do Programa Bolsa Família e suas condicionalidades para que se mantenham no programa. O acompanhamento das condicionalidades, na cidade em questão, voltou a ser obrigatório desde os meses de Junho e Julho (2022). Durante o período pandêmico, as atividades escolares foram interrompidas, impedindo sua normalidade e tendo essa medida afetado o acompanhamento das condicionalidades relacionados a educação. A lei que institui o novo Programa Bolsa Família (nº 14. 601, de 19 de Julho de 2019), define que os jovens de 18 a 21 anos, não serão mais acompanhados, sendo mantidas as demais faixas e suas respectivas frequências mensais. Em Junho de 2023, 2.121 beneficiários, com idade entre 4 e 18 anos tinham perfil para o acompanhamento das condicionalidades de educação. O município obteve o êxito de acompanhar 1.947 beneficiários, uma porcentagem de 76,2%, em comparação ao nível nacional. Dessa forma, possui um acompanhamento da frequência escolar considerado “Muito bom”.

A tabela 01 ilustra a quantidade de público para acompanhamento e as faixas etárias, totalizando a quantidade total dentro do município, na educação.

Tabela 01: Taxa de acompanhamento – Educação (2023)

Educação	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e jovens (16 a 17 anos)
Público para acompanhamento	329	1.539	253
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	298	1.420	219

Fonte: CRAS municipal de Aratuba, 2023

Segundo a fala da Secretária de Assistência Social, os dados para esse e outros acompanhamentos são registrados diariamente, como forma de manter um controle maior sobre as áreas de saúde, educação e assistência social, respectivamente. Entretanto, é importante que o município continue trabalhando para manter a frequência escolar em nível elevado, o que implica na identificação dos beneficiários que estejam sem informações, ou se encontram desatualizados, sobre a escola que estudam ou dentro do Cadastro Único, se houver mudança de local. Além disso, buscar identificar os motivos que levam os alunos com baixa frequência, não cumprirem as condicionalidades necessárias dentro do Programa, de modo que o Poder Público possa atuar e auxiliar, evitando o agravamento da situação e os direitos sociais que não forem garantidos dentro do município.

A tabela 2 apresenta o resultado da taxa de cumprimento municipal e nacional, em porcentagem:

Tabela 02: Taxa de cumprimento – Educação (2023)

Educação	Crianças (4 a 5 anos)	Crianças e adolescentes (6 a 15 anos)	Adolescentes e jovens (16 a 17 anos)
Pessoas acompanhadas	298	1.430	219
Taxa de cumprimento em Aratuba/CE	100,0%	99,3%	84,9%
Taxa de cumprimento no Brasil	94,1%	94,9%	91,8%

Fonte: CRAS municipal de Aratuba, 2023.

Com relação a quantidade de pessoas acompanhadas, no mês de Julho, em Aratuba, a taxa de cumprimento foi considerada muito acima do nível nacional, com 94,1%. Isso implica em um percentual positivo para a educação, através da atuação da política pública do Bolsa Família. Todavia, é necessário um acompanhamento mais delimitado, para verificar de que forma foram obtidos esses resultados e se não houve probabilidade da taxa de falha, para chegar na sua totalidade. Entretanto, o nível nacional se encontra acima da média, demonstrando um nível elevado de satisfação.

4.2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A SAÚDE

O programa Bolsa Família, além de ser um facilitador do acesso à educação dos beneficiários, traz a condicionalidade inerente à saúde dos mesmos. Para educação, o acompanhamento se dá através da frequência escolar, como forma de garantir a assiduidade e a diminuição do número de evasão escolar ou outro agravamento. No âmbito da saúde pública, o Programa atua integralmente ao Ministério da Saúde (MS), juntamente com as esferas estaduais e municipais do SUS (Sistema Único de Saúde), para que sejam atendidas as devidas condicionalidades inerentes ao seu cumprimento. Durante o período pandêmico, o acompanhamento não foi suspenso, apesar do impacto do registro de coleta das informações. Essa coleta de dados não foi obrigatória da 1º vigência de 2020 até à 1º vigência de 2021. Com a 2º vigência de 2021, o Ministério da Saúde decidiu por retornar a obrigatoriedade dos registros das condicionalidades da saúde. Foi observado um avanço na recuperação dos níveis de acompanhamento, mesmo sendo considerado inferior ao período anterior à Covid-19.

De acordo com os dados repassados pelo CRAS, em Junho de 2023, 4.373 beneficiários tinham perfil para acompanhamento, sendo o público-alvo crianças menores de 7 (sete) anos e mulheres. O município acompanhou 4.028 beneficiários, com uma cobertura de 92,1% na saúde. Em nível nacional, a porcentagem foi de 78,2%, sendo classificado com um nível “muito bom”.

Com base nos dados obtidos, a tabela 3 representa os grupos analisados e sua totalidade, dentro do município.

Tabela 03: Taxa de acompanhamento – Saúde (2023)

Saúde	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres
Público para acompanhamento	1.008	3.365
Pessoas acompanhadas	812	3.216
Pessoas que cumpriram a condicionalidade	812	-

Fonte: CRAS municipal de Aratuba, 2023.

Do número total de pessoas que foram acompanhadas (menores de 7 anos), 812 cumpriram as condicionalidades necessárias, gerando a taxa de cumprimento em 100%. Para área da saúde, é necessário que o beneficiário realize o cumprimento do calendário nacional

de vacinação, bem como acompanhamento nutricional, para beneficiários de até 7 (sete) anos e a realização do pré-natal e consultas na Unidade de Saúde, para as gestantes. Caso haja descumprimento dessas condicionalidades, o órgão municipal responsável deve realizar o acompanhamento dessas famílias, podendo sofrer efeitos gradativos, que vão desde Advertência, Bloqueio, Suspensão ou Cancelamento do benefício. A Advertência garante que as famílias serão comunicadas sobre o descumprimento, sem deixar de receber o auxílio. O Bloqueio permite que o valor da parcela que seria recebida, fique bloqueado por um mês, podendo ser retirada no mês seguinte, juntamente com a parcela subsequente. No caso de Suspensão, o benefício fica suspenso por dois meses e a família não recebe o valor, referente aquele período. E por fim, o Cancelamento, gerando o desligamento do programa.

A tabela 4 mostra a taxa de cumprimento, em porcentagem, da saúde do município, comparado ao acompanhamento nacional:

Tabela 04: Taxa de cumprimento– Saúde (2023)

Saúde	Crianças (menores de 7 anos)	Mulheres
Pessoas acompanhadas	812	3.216
Taxa de cumprimento em Aratuba/CE	100%	-
Taxa de cumprimento no Brasil	97,6%	-

Fonte: CRAS municipal de Aratuba. 2023.

Atualmente, no mês de Junho, o município possui uma taxa de cumprimento considerada satisfatória e atende aos requisitos para garantir que essa política pública intersetorial, seja mantida adequadamente, em benefício do bem comum. Com relação ao nível nacional, que é considerado satisfatório, a taxa municipal atingiu um porcentagem superior, em sua totalidade. Esse resultado, apesar de positivo, requer uma análise mais aprofundada sobre as variáveis que fizeram com que essa porcentagem fosse atingida. Trata-se de um estudo sobre os fatores positivos, suas implicações e quais caminhos foram seguidos para esse resultado. Por outro lado, a porcentagem com relação ao grupo de Mulheres não foi obtida, por meio dos dados repassados. Esse ponto gera questionamento, onde o Programa Bolsa Família, desde sua criação, prioriza as mulheres para o recebimento do benefício e por possuir uma taxa de cumprimento positivo, no município, a porcentagem deveria estar visível. Esse fato gera uma crítica, em duas vertentes, onde de um lado o Estado utiliza-se da figura

feminina, como forma de ampliar a eficácia dessa política pública e reforçar o papel feminino de cuidado. Por outro lado, o acesso à renda permite a ampliação do seu poder de decisão, à medida que a mulher possa participar da provisão do lar, sendo essa, em sua grande maioria, tarefa tradicionalmente masculina. Alguns autores, relacionados a essa temática, acreditam que o benefício fornece às mulheres segurança financeira e poder sobre um rendimento, que permita fazer suas próprias escolhas de consumo. Outras pesquisas mostram que o PBF trouxe aumento de expectativas e possibilidades, onde mulheres isoladas socialmente precisem tirar documentos para serem inscritas no programa. Esse fato permite a sensação de visibilidade social, mais ampla. Outros autores também apontam para a necessidade de articulação com outros programas sociais, permitindo o acesso ao trabalho e responsabilidades familiares, tendo em vista a importância do trabalho, para a vida das mulheres beneficiárias. De forma resumida, o benefício gera uma autonomia dessas mulheres, à medida que podem indicar maior dificuldade no compartilhamento das atividades domésticas, entre homem e mulher. Esse impasse desenvolve pesquisas relacionadas a essa temática, não excluindo, de forma geral, a importância que o PBF representa na vidas dessas mulheres e na determinação de melhores condições de vida.

Entretanto, é imprescindível que os municípios, bem como seus órgãos responsáveis atuem fortemente para garantir uma boa taxa de acompanhamento e à garantia dos direitos de cada cidadão beneficiário, entre eles, às mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as informações, os dados analisados e o conhecimento acerca da política pública do Bolsa Família, foi possível verificar e tornar conhecido, a sua importância dentro das suas esferas de pertencimento e para analisar a aplicação da sua intersetorialidade, que não se limita, apenas, à transferência de renda, mas em outros setores, como forma de assegurar os direitos sociais e a diminuição das desigualdades sociais. Outro aspecto analisado se refere à importância de uma gestão municipal efetiva, onde os gestores públicos e órgãos responsáveis devem estar atentos para a realização de um plano estratégico que possa assegurar a garantia dos direitos do público pertencente ao programa, através de ações

Além disso, foi possível compreender como se deu o seu início e a abrangência que essa política pública adquiriu, ao longo dos anos, para atender às camadas mais pobres da sociedade e permitir o acesso dessas famílias aos direitos básicos e inerentes aos seres humanos, como saúde e educação. Esse estudo também permitiu verificar como uma política pública desse patamar atua, dentro de uma cidade pequena e em processo de desenvolvimento financeiro, tendo em vista sua pouca oferta de trabalho e oportunidades, que possa abranger o maior número de habitantes possível, evitando que muitas famílias recorram ao benefício para melhoria das suas condições de vida.

A priorização dos direitos sociais para a sociedade, bem como a criação de políticas públicas voltadas para essa temática, deveria ser, cada vez mais, objeto de debate, sendo instrumentos capazes de proporcionar, juntamente com poderes públicos, a sua efetivação.

Ademais, a pesquisa, acerca da atuação do Programa Bolsa Família, como uma política pública intersetorial, mostrou, por meio dos dados, um aumento significativo do número de beneficiários que cumprem com as condicionalidades, dentro da cidade de Aratuba. Logo, implica que o acesso à educação e a saúde, estejam sendo garantidos, conforme o cumprimento do que é necessário, dentro do Programa. Os números mostraram que o acompanhamento permitiu o aumento da porcentagem, referente aos resultados que se pretendia alcançar, logo após a interrupção, no ano de 2020, onde não foi possível ter esse controle, por se tratar de um período pandêmico. Esse fator impossibilitou que números exatos pudessem ser analisados, para melhoria da frequência escolar e assiduidade, na educação. Para a saúde, na realização de consultas, exames e acompanhamentos

especializados. Dessa forma, esse controle só foi possível após esse período de crise e atualmente, no ano de 2023, a porcentagem da atuação dessa política pública, no âmbito municipal, é considerada boa.

Para além desses aspectos, notou-se a relevância histórica das políticas sociais no Brasil e em como as políticas públicas, em conformidade com órgãos especializados, desempenham papel significativo, principalmente, em cidades pouco desenvolvidas social e economicamente. Essa temática permite esmiuçar e analisar as demais possibilidades, que torna possível desenvolver outras políticas públicas, que atendam às demais necessidades humanas, que vão muito além das existentes e outras que não são atendidas devidamente.

Por fim, dois outros pontos puderam ser verificados. O primeiro está relacionado a falta de desenvolvimento de algumas cidades de pequeno porte, como Aratuba. Uma cidade desenvolvida, com geração de emprego e renda, possibilidade de estudos (principalmente para aqueles que não tiveram oportunidades), pode fazer com que as desigualdades sociais sejam mínimas ou inexistentes. O segundo ponto diz respeito à importância do Programa Bolsa Família, desde seu ano de criação, até os dias atuais. Através dele, muitas famílias puderam sair de situações precárias de vida e passaram a ter acesso ao mínimo necessário. Essa política pública também permite o poder de autonomia e desenvolvimento feminino, além de serem responsáveis diretas pelo repasse financeiro, de cada família. Entretanto, ainda existem demandas sociais mais difíceis de serem solucionadas, apenas por meio da criação de políticas públicas. Trata-se de um trabalho em conjunto com a sociedade e os entes responsáveis por criar, administrar e buscar melhorias, que garantam qualidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS:

BARTHOLO, Letícia et al. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** p. 1-33.

DE OLIVEIRA, Débora Regina Soares et al. **O método hipotético dedutivo no ensino fundamental: uma proposta prática para o ensino de ciências naturais no tema transpiração das plantas.** REAMEC-Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, 2018.

DE OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011.

PIANA, Maria Cristina. **A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, p. 79830389-05, 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, 2006.

DA SILVA, Lucas Ambrózio Lopes. **Mecanismos da construção federal da intersetorialidade no Programa Bolsa Família: o papel das burocracias.** Revista do Serviço Público, 2013.

WARSCHAUER, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. **O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP.** Saúde e Sociedade, 2014.

QUINHÕES, Trajano Augusto; FAVA, Virgínia Maria Dalfior. **Intersetorialidade e transversalidade: a estratégia dos programas complementares do Bolsa Família.** Revista do Serviço Público, 2010.

NASCIMENTO, Sueli do. **Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas.** Serviço Social & Sociedade, n. 101, p. 95-120, 2010.

ORIONE, Mascus Gonçalves Correia. **Os direitos sociais enquanto direitos fundamentais.** Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

ALVES, Felipe. **Gestão de Resíduos Sólidos em Foz do Iguaçu: análise da política pública e seu funcionamento**. Universidade Federal da Integração Latino-americana, 2023.

CARVALHO, Alysson et al. **Políticas Públicas**. Editora UFMG, 2003. Belo Horizonte.

ORTIZ, Lúcio Rangel Alvez; CAMARGO, Regina Aparecida Leite. **Breve histórico e dados para análise do programa Bolsa Família. Seminário internacional de pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Govbr. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/aratuba/panorama>

RODRIGUES, Léo. **IBGE: apesar da queda acentuada da pobreza, desigualdades se mantêm**. Agência Brasil, 2023. Rio de Janeiro.

MARTINS, Pablo Bernardi Coelho. **Políticas Públicas de distribuição de renda no Brasil**. Revista Videre, 2021. MS

CARAVELA: Aratuba – CE. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/aratuba---ce>

ADELCO: Centro de documentação indígena. Disponível em: <https://adelco.org.br/centro-documentacao/terra-indigena-kaninde-de-sitio-fernandes/>

Mapa Cultural do Ceará. Governo Municipal de Aratuba. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/34462/>

FONSECA, Vicente; BONFIM, Filho. **Políticas Públicas: conceito, ciclo, processo de formação e sua ineficácia no âmbito do sistema penitenciário brasileiro**. Revista NEIBA. Volume 8, 2019, p. 01-29

AURÉLIO, Marco Weissheimer. **Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidade do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, p. 1-164.

LAVINAS, Giselle Monnerat; GONÇALVES, Rosimary de Souza. **Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil**. R. Katál, 2011. Florianópolis, v.14, n.1, p. 41-49.

AMARO, Evaldo Vieira. **Políticas sociais e direitos sociais no Brasil**. Faculdade de Educação da USP. p. 1-5

FRIEDRICH, Ernesto de Lima Amaral; DO PRADO, Vinícius Monteiro. **Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009)**. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 56, n. 3, 2013.

CAROLINA, Maria Prado Lage. **Cartilha do Programa Bolsa Família**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e combate à fome. p. 1-12

BAUMANN, Renato. **Brasil: Uma década em transição**. Editora Campus Ltda. p. 1-336

SOUSA, Najara Medeiros. **Uma análise sobre as políticas sociais no Brasil e a “questão social” na contemporaneidade**. Universidade Federal da Paraíba. p. 1-9

ANTONIO, José Pereira de Souza. **O neoliberalismo tardio: obstáculos políticos à reforma do estado brasileiro no novo paradigma industrial**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 1-107, 1996.